

Trabalho Agenda laboral avança “com ou sem acordo”

Ministra reitera empenho na tentativa de acordo, mas garante que mesmo sem ele levará diploma ao Parlamento

As críticas somam-se e os apelos para que o Governo repense a sua proposta para alteração à legislação laboral chegam de várias frentes, mas para a ministra do Trabalho o caminho é só um: a proposta de alteração legislativa que apresentou no final de julho aos parceiros sociais vai chegar ao Parlamento, “com ou sem acordo em concertação social”.

Rosário Palma Ramalho, que continua a tentar um acordo com patrões e sindicatos, esperando contar com a assinatura da UGT no documento final, voltou a reiterá-lo esta semana numa audição na Comissão de Trabalho, no Parlamento, onde também reagiu às críticas de antigos ex-ministros da ala social-democrata e do CDS, como Bagão Félix ou Silva Peneda: “Esta é uma proposta para o trabalho no século XXI e às vezes é difícil de compreender por pessoas que não são do século XXI”, disse.

No início da semana, numa reunião com a CGTP (onde também marcou presença o primeiro-ministro, Luís Montenegro), o Governo já tinha deixado claro que não retirará a sua proposta legislativa, como reivindicava a central sindical que entregou em São Bento um abaixo-assinado com mais de 190 mil assinaturas a pedir um recuo na mudança da lei. Na quarta-feira, na audição no Parlamento, Rosário Palma Ramalho voltou a reiterar que dará à concertação social “o tempo necessário [para tentar um acordo]”, mas garantiu que o Governo “não vai eternizar” a discussão. Sem avançar prazos, e em resposta a um deputado do Chega, a ministra vinhou que “quando for o momento oportuno, com ou sem acordo — mas, preferencialmente com acordo —, o Governo passará ao passo seguinte: transformará o anteprojeto em proposta de lei, trará ao Parlamento e negociará com todas as forças políticas”.

O tema da alteração legislativa ficou ainda marcado por uma dissonância aparente entre o Trabalho e a Economia. Depois de ter defendido numa conferência da Antena 1 e do “Jornal de Negócios” que as alterações à lei laboral teriam de ser aprovadas em concertação social para “ter pernas para andar”, o ministro da Economia, Castro Almeida, emendou a mão, duas horas depois, para referir que mesmo sem acordo, não significa que “a proposta do Governo não possa chegar à Assembleia”. C.M.